



**ATA Nº. 09/2026**

Aos vinte e oito dias, do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às nove horas, nas dependências da sala de reuniões da Unidade Gestora do FAPSBENTO, realizou-se a reunião ordinária do Comitê de Investimentos, órgão responsável pela gestão dos recursos previdenciários, em conformidade com a legislação vigente, com a Política de Investimentos (PI) e com o ALM (*Asset Liability Management - Gestão de Ativos e Passivos*).

Registrou-se a presença da Coordenadora Ana Maria Magro e dos membros Alexia Islabão dos Santos, Daniela Maria Isabela da Silva Diniz, Fernanda dos Santos e Vinicius Tusset, todos devidamente certificados para atuação na gestão de recursos do RPPS. Participaram, também, o Gestor de Recursos Juliano Luís Albini Danguì e a Presidente do Conselho Fiscal, Kamila Bonessi.

Foi registrada a ausência justificada dos membros Caroline Ferri, que tinha reunião na Secretaria onde exerce suas funções, e Michele Gasperin Piletti, por problemas de saúde. Participaram da reunião, de forma virtual, os consultores Fernanda Fiorelli e Rodolpho Malafaia, representantes da Lema Consultoria, responsável pela assessoria técnica dos investimentos. Verificada a existência de quórum regimental, foram iniciados os trabalhos.

De início, o consultor Rodolpho apresentou estratégias de Investimentos para RPPS, com foco nas abordagens para renda variável e renda fixa, considerando o cenário econômico atual e as regulamentações recentes, em especial a Resolução 5.272/25. Ele ressaltou que sua apresentação foi pautada no estudo atualizado de renda variável enviado para o Gestor, por e-mail, em 27/04/2026 e, repassado na mesma data para o Comitê de Investimentos.

Frisou que, após a pandemia, os RPPS enfrentam um dilema com a renda variável, diante da volatilidade acentuada do mercado. Destacou a ansiedade dos gestores quanto ao momento adequado para saída da bolsa, especialmente após a recuperação e a alta que vem batendo recordes em termos de rentabilidade, gerando dúvidas sobre a manutenção ou não dos investimentos nesse segmento.

Ressaltou que a Resolução 5.272/25 alterou as premissas de análise comparativa, impactando diretamente as recomendações de alocação. Diante disso, fundos de renda variável que apresentaram boa rentabilidade não puderam ser incluídos como sugestão por estarem desenquadrados diante das novas regras, especialmente no que se refere ao limite de 50% do patrimônio para RPPS. Por outro lado, outros fundos com desempenho inferior, porém enquadrados, puderam ser mantidos na estratégia de realocação paralela, dentro do mesmo segmento, permitindo ainda algum aproveitamento da alta da bolsa, dentro de uma estratégia mais ajustável ao cenário.



A outra parte da movimentação recomendada foi a saída da renda variável para fundos DI, movimentação que pode causar estranheza, mas que é justificável pelo contexto. Isso se deve ao fato de que o estudo de ALM, com previsão de entrega pela consultoria LEMA até o dia 14 de maio de 2026, está apontando para compra de títulos públicos diante de taxas ainda atrativas.

Dessa forma, nada melhor do que ajustar a carteira posicionando os recursos em CDI, especificamente aportes no CAIXA ALIANÇA TP FI RF e TREND PÓS-FIXADO FIC FI RF SIMPLES, retirando-os da parte mais volátil e arriscada da carteira, mantendo os recursos disponíveis com liquidez D+0, para que possam ser realocados oportunamente na compra de títulos públicos, Conforme colocado na ata 08/2026, foram resgatados aproximadamente R\$20.000.000,00 (vinte milhões) da renda variável, os quais serão alocados conforme detalhamento abaixo:

APORTES		
CNPJ	NOME	VALOR
05.164.358/0001-73	CAIXA ALIANÇA TP FI RF	R\$ 10.200.000,00
26.559.284/0001-44	TREND PÓS-FIXADO FIC FI RF SIMPLES	R\$ 10.000.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 20.200.000,00</b>

Com relação aos cupons de juros a receber no mês de maio, foram apresentadas duas possibilidades de destinação: realizar diretamente a recompra de títulos públicos ou direcionar os recursos para o CDI, aumentando o volume disponível nesses fundos, para posteriormente, quando sair o estudo de ALM, optar pelo melhor vértice e realocar estes valores em de títulos públicos. Enquanto não sair o estudo de ALM, esses cupons ficarão aplicados no DI da Caixa Econômica Federal.

Um ponto de atenção destacado foram as alterações promovidas pela Resolução CMN nº 5.272/2025, que passaram a exigir maior rigor nos processos de investimento, inclusive nas operações de aquisição de títulos públicos, ampliando o nível de controle e fiscalização exercido pelo Ministério da Previdência sobre as decisões dos RPPS.

Fernanda questionou se esse movimento é para aproveitar que o CDI ainda está com taxa elevada, ou é simplesmente para realocar em algum lugar e depois comprar títulos públicos. Questionou se não seria melhor comprar direto títulos públicos e não fazer duas manobras, tendo em vista que a previsão do ALM será para o dia 14 de maio.

O Gestor respondeu que, assim que o ALM ficar pronto, haverá reunião do Comitê para definir os cupons de juros e as B26, que entram na conta no dia 15/08/2026. Para que o valor não fique parado, será aportado no CDI.

Na sequência, o consultor respondeu que a decisão de migrar para o CDI em vez de aguardar em renda variável foi fundamentada em dois fatores principais: estamos vivendo um ano atípico por conta das eleições, sendo historicamente um período de maior



volatilidade na bolsa a partir do início das campanhas e o cenário geopolítico marcado por conflitos internacionais que afeta preços de combustíveis e o mercado como um todo, tornando arriscado manter posição volátil que não compensa nesse momento. Assim, posicionar-se no CDI, aproveitando as taxas de juros elevadas, ainda que por curto prazo, mostrou-se a estratégia mais adequada para garantir a segurança e liquidez para a futura compra de títulos públicos.

Quanto ao desempenho recente da carteira, foi informado que, no mês, o resultado ficou ligeiramente abaixo da meta atuarial, refletindo o impacto da inflação de fevereiro, historicamente pressionada pelo segmento de educação. No entanto, no acumulado de três meses, a carteira empatou com a meta atuarial, estando levemente acima em 0,03 pontos percentuais. Ressaltou que será um ano desafiador para a carteira e o posicionamento em títulos públicos será uma estratégia que os RPPS procurarão nesse ano de 2026, muito por conta da resolução e da oportunidade que terão em posicionar a carteira em um vértice mais logo, com uma meta atuarial batida.

Encerrada a explanação da consultoria, o Gestor informou aos consultores da LEMA e aos presentes na reunião, que foi recebido um e-mail, na manhã de 27/04/2026, com convite para assembleia geral de cotistas do LSH FIP MULTISTRATÉGIA (CNPJ 15.798.354/0001-09), que ocorrerá no dia de hoje. Porém, não foi recebido o edital de convocação para a assembleia, apenas login para acesso. Foi questionado o consultor da LEMA, Gustavo, o qual disponibilizou, às 18h00min, os editais, que tratavam da prorrogação do plano de desinvestimento em 24 meses. O prazo para o envio dos votos era até o dia 27/04/2026, às 23h59min, portanto, sem tempo hábil para deliberação pelo Comitê de Investimentos, em razão disso não foi votado. Gestor participará da reunião, abstendo-se do voto e justificando a posição pelo fato de não ter recebido a documentação.

Na sequência, o Gestor comentou sobre o relatório de análise dos fundos de ações enviado pela LEMA no início de abril, que sugeria a aplicação em dois fundos, PLURAL DIVIDENDOS FIA (CNPJ 11.898.280/0001-13) e BRADESCO DIVIDENDOS FI AÇÕES (CNPJ 06.916.384/0001-73), porém, o primeiro está desenquadrado por ser distribuído por agente autônomo e o segundo possui mais de 50% do seu patrimônio líquido formado por RPPS.

Em razão disso, a LEMA refez o relatório e sugeriu realocação tática com saída integral dos três fundos com menor rendimento: BB AÇÕES DIVIDENDOS MIDCAPS FIC FIA, ITAÚ INFLATION EQUITY OPPORTUNITIES AÇÕES FIC FI e CAIXA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANTITATIVO FIC AÇÕES.



## MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES

Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal de  
Bento Gonçalves – FAPSBENTO



RESGATES		
CNPJ	NOME	VALOR*
14.213.331/0001-14	BB AÇÕES DIVIDENDOS MIDCAPS FIC FIA	R\$ 2.592.174,70
42.814.825/0001-90	ITAÚ INFLATION EQUITY OPPORTUNITIES AÇÕES FIC FI	R\$ 1.834.462,79
30.068.169/0001-44	CAIXA BRASIL AÇÕES LIVRE QUANTITATIVO FIC AÇÕES	R\$ 1.931.045,49
<b>TOTAL *</b>		<b>R\$ 6.357.682,98</b>

Direcionando os recursos para os fundos BB DIVIDENDOS FIC AÇÕES e ITAÚ INST SMART AÇÕES BRASIL 50 FIC FIA, que se mostraram alternativas mais aderentes ao objetivo de concentrar a exposição e estratégias com desempenho comparativo mais consistente e melhor relação entre risco e retorno.

APORTES		
CNPJ	NOME	VALOR*
05.100.191/0001-87	BB DIVIDENDOS FIC AÇÕES	R\$ 2.592.174,70
48.107.091/0001-95	ITAÚ INST SMART AÇÕES BRASIL 50 FIC FIA	R\$ 3.765.508,28
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 6.357.682,98</b>

Conforme consulta ao site Mais Retorno, o fundo BB DIVIDENDOS FIC AÇÕES possui maior retorno com risco menor, supera em três vezes o valor do CDI e possui 18.000 cotistas. Já o ITAÚ INST SMART AÇÕES BRASIL 50 FIC FIA, possui índice *Sharp* e volatilidade melhores, superando no ano mais de 50% o valor do CDI, e patrimônio líquido de 1 bilhão.

O Gestor chamou atenção que esta movimentação vem em linha com a estratégia do FAPSBENTO de reestruturar sua carteira de renda variável, reduzindo a quantidade de fundo e aumentando o valor aplicado em cada.

A realocação dos fundos foi submetida à apreciação dos membros do Comitê de Investimentos presentes que, por unanimidade, concordam em fazer os resgates e os aportes.

Seguindo a pauta de reunião, quanto a revisão da Política de Investimentos (PI), o Gestor sugeriu que a revisão ocorresse depois que o ALM ficasse pronta, o que será na metade de maio e trará alteração nos títulos públicos, sugerindo aumento, assim alteraria a PI uma única vez.

A colega Fernanda ressaltou que a PI em vigor, atualizada com a nova resolução, foi aprovada em janeiro de 2026, entendendo que a nova revisão não deve ocorrer no mês de abril, e sim em maio, pois deve ocorrer quadrimestralmente, concordando em rever a PI, porém, no mês de maio.



A Coordenadora Ana destacou que a PI em vigor tem pontos a serem revistos, diante das mudanças ocorridas no cenário econômico, externo e interno, bem como o corte na taxa Selic, concordando que a revisão fique para maio. Pontuou que até maio há tempo para todos analisarem e estudarem a PI, e destacar os pontos que podem ser revistos.

Ficou alinhado que, para a próxima reunião do Comitê de Investimentos, todos devem estar com suas considerações para a revisão da PI. O Gestor verificará se a consultoria da LEMA consegue mandar o ALM até esta data.

Quanto ao Manual de Credenciamento, será enviado para os membros do Comitê para que seja revisto e levado para aprovação na próxima reunião. Ficou acertado que serão credenciadas somente instituições classificadas como S1 e S2 e que estão enquadradas com a nova resolução, as demais manteremos contato, mas sem credenciar.

Na sequência, passou-se à análise dos documentos para credenciamento das instituições BTG ASSET, BTG PACTUAL, ITAÚ CORRETORA e ITAÚ UNIBANCO ASSET MANAGEMENT. Após criteriosa avaliação da documentação apresentada, constatou-se que as instituições atendem integralmente os requisitos estabelecidos, ficando, portanto, devidamente credenciadas.

Por fim, ficou definido que será colocado na pauta da próxima reunião o assunto pontuado pela colega Michele Gasperin Piletti, no dia 22/04/2026, no grupo do whatsapp do Comitê de Investimentos, tendo em vista que a mesma não estava presente nesta reunião.

Nada mais havendo a constar, eu, Vinicius Tusset, redigi a presente ata, que será assinada por mim e pelos demais membros presentes nesta reunião.

Ana Maria Magro

Alexia Islabão dos Santos

Fernanda dos Santos

Daniela Maria Isabela da Silva Diniz

Vinicius Tusset

Juliano Luis Albin Danguí